



ATA Nº 4/2015

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano dois mil e quinze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Inês Guerra Vargas (em substituição), respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados Maria Eugénia de Jesus Reis, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira e António Manuel da Silva Moreira, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum (26 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 3/2015 referente à sessão ordinária de 27 de junho. -----

----- Aprovada a ata n.º 3/2015 por unanimidade dos presentes com direito de voto (22 votos a favor), não participando na votação por não terem estado presentes na anterior sessão os Deputados Municipais Rui Miguel da Costa e Silva, Filipe Vicente Martins, Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa e o Presidente de Junta de Freguesia de Arroquelas (26 presenças). -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- Não houve expediente de assuntos relevantes no período entre a sessão de junho e a de setembro. -----



----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----
----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----
----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----
----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----
----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----
----- Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa -----
----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----
----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----
----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----
----- Deputada Vera Alexandra Costa Simões -----
----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----
----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----
----- Congratulou-se pela assinatura do protocolo e instalação em Rio Maior da Plataforma Transfronteiriça para a Inovação do Desporto, organismo que potencia e pretende gerir o desporto a nível nacional, congregando informação e inovação, reconhecendo e potenciando a marca Rio Maior como cidade do desporto, a Desmor enquanto entidade dedicada ao setor do desporto e a Escola Superior de Desporto de Rio Maior, ou seja, uma sinergia tripartida que entra num ciclo virtuoso que em muito pode favorecer Rio Maior e o desporto em geral. -----
----- Relativamente à política cultural congratulou-se também com o incremento do número de utentes no cineteatro o que revela que é possível e se tem vindo a conseguir implementar uma política de cultura sustentável, que interessa às pessoas e à qual as mesmas têm vindo a aderir. Disse ainda que, pelos documentos disponibilizados, se pode verificar que o cineteatro, em termos de cinema, quase que quadruplicou o número de utentes. -----
----- Por fim, referiu-se à atividade “Mistérios de Rio Maior”, promovida pela equipa da Casa Senhorial e um grupo de voluntários, a assinalar o dia dos Museus e que conta já com cerca de sessenta inscrições para o passeio noturno. -----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referiu-se mais uma vez às questões da saúde e à prestação de cuidados de saúde no concelho de Rio Maior porque infelizmente, nos últimos tempos, tem vivido as mais difíceis situações no centro de saúde por falta de médicos ou de meios auxiliares de diagnóstico, chegando ao ponto de nas mais básicas situações ter que ser necessária a deslocação ao hospital de Santarém. Afirmou que tem sido dito em todas as sessões da Assembleia Municipal que a situação vai melhorar mas tal não se tem verificado. Questionou o destino do dinheiro dos impostos dos cidadãos que, não sendo para a saúde ou para a educação, só pode ser utilizado para pagar os buracos dos bancos e os negócios ruinosos do Estado. Saliu que, com toda a certeza, deve ser possível fazer outras diligências para garantir o direito à saúde, que é o maior bem e um direito do ser humano consagrado na Constituição da República Portuguesa. Disse ainda que, ao contrário daquilo que o Governo afirma, o sistema de saúde está pior que nunca, como é exemplo o concelho de Rio Maior, com metade da população sem médico de família, sem horários adequados para as radiografias e com a degradação das instalações, equipamentos e meio envolvente. Continuou dizendo que os cuidados de saúde estão mais longe, mais caros e de pior qualidade, que os problemas de transportes de doentes nunca foram tão graves, que o acesso dos utentes aos medicamentos e aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica são apenas para quem tem dinheiro ou para quem tem seguros de saúde. Afirmou que a saúde está transformada num dos maiores negócios de Portugal e é também instrumento de campanha eleitoral como se pode confirmar pela abertura de um concurso, nesta data, para setecentos e setenta e quatro enfermeiros e deste modo tentam aliciar para o voto os quinze mil enfermeiros que estão no desemprego. Questionou ainda se dos cinco médicos que irão ser colocados na Lezíria do Tejo algum virá para o concelho de Rio Maior. -----

----- De seguida referiu-se aos autênticos atentados ao meio ambiente, à saúde pública no concelho e à agricultura familiar, que são as descargas de efluentes no rio Maior e seus afluentes, destruindo todo o ecossistema do rio. Disse que o rio Maior dá nome à cidade e concelho e que a sua fruição devia ser permitida como contributo para a qualidade de vida de todos, mas que tal não acontece e os prevaricadores continuam impune, sem se desenvolver qualquer ação e/ou identificação dos mesmos. Afirmou que não será aceite pela CDU continuar a assistir a esta degradação



ambiental e de saúde pública com o rio Maior e considerou que a autarquia tem de tomar medidas enérgicas, indo além do envio de emails ou participações e mostrar o descontentamento da população exigindo que as entidades poluentes sejam chamadas à razão. Terminou que estas entidades têm que ser responsabilizadas, pagar as multas e coimas devidas e, acima de tudo, não continuar a poluir o rio, seu afluente e o seu ecossistema, exigindo a CDU exige que sejam tomadas medidas imediatas para a resolução deste tão grave problema. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à Frimor agradecendo e elogiando todo o trabalho feito, mas que verificou que este certame cada vez está a decair, ou seja, as soluções que se têm encontrado não têm correspondido, não obstante todo o esforço para tal. Considerou que todos devem fazer um esforço no sentido de revitalizar a feira e sugeriu como uma das iniciativas para o efeito a recriação histórica, que chegou a ter algumas edições mas que se deixou de fazer, porque hoje em todos os lados onde realizam feiras desta natureza a adesão é enorme e pode trazer muita gente a Rio Maior. -----

----- Reforçou ainda outra situação, da qual já tinha falado em anterior sessão, que é a situação da passadeira junto à Belária e ligeiro desnível que existe na mesma e tem provocado inúmeras quedas, algumas delas com gravidade. Disse ainda saber que nem sempre os autores dos projetos são favoráveis a este tipo de alteração mas que efetivamente este já é um caso de garantir a segurança dos peões. -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Afirmou que não tendo estado presente nas últimas duas sessões da Assembleia Municipal se demarca publicamente do recente aumento dos tarifários dos serviços de águas, saneamento e resíduos sólidos que entraram em vigor no dia 1 de agosto de 2015. Disse, que em seu entender, se tratam de aumentos muito elevados e, em alguns casos mesmo escandalosos, que responsabilizam única e exclusivamente quem os aprovou, mostrando, mais uma vez, a mentalidade que está subjacente a estes aumentos: se há despesas os cidadãos que as paguem. Afirmou que esta sua posição é tomada não tanto como membro da Assembleia Municipal mas mais na qualidade de cidadão e consumidor de água de um concelho onde se cobra das mais elevadas taxas de IMI, de derrama e na participação variável do IRS e onde,



praticamente, nada se desconta aos cidadãos na sua imensa maioria. Disse que, a seu ver, é inaceitável que numa época de crise económica os munícipes sejam confrontados com mais um aumento exponencial num bem de primeira necessidade que é também, em bom rigor, um direito humano, e que não existem argumentos que justifiquem tamanha brutalidade no aumento destas taxas. Saliu que lhe é absolutamente indiferente quem negociou os contratos a montante porque o que está em causa é o princípio da proporcionalidade e do bom senso e pelas contas feitas constatam-se aumentos pela casa dos 60% e 70%, o que não lhe parece ser minimamente razoável ou sequer inteligível, sendo inaceitável que o concelho de Rio Maior seja um dos concelhos do país onde a água é mais cara, acabando por afastar, com este tipo de política, as pessoas e as empresas de Rio Maior, contribuindo para a estagnação e para o retrocesso económico. Afirmou que havendo despesas a fazer a Câmara tem a obrigação de as realizar tentando não onerar os cidadãos para além dos limites da razoabilidade e que se existem contratos mal feitos e irreais com quem fornece a água e os serviços de recolha de resíduos, a Câmara tem obrigação de os renegociar invocando o interesse público e o que não pode acontecer é as pessoas pagarem por aquilo que não consomem ou por problemas técnicos relacionados com falhas e desperdícios da rede pública. Acredita que a missão de uma Câmara é, em primeiro lugar, contribuir para uma boa qualidade de vida dos munícipes e não apenas preocupar-se em resolver os seus problemas internos de tesouraria, acautelando as necessidades, interesses e direitos dos cidadãos quando se toma este tipo de decisões. Terminou dizendo que foi pena que nos folhetos colocados nas caixas do correio não tivessem sido indicados exemplos concretos de quanto as pessoas ficariam a pagar com o novo tarifário, mas tão-somente os escalões das tarifas de disponibilidades e das tarifas variáveis e que se vai começar a sentir o verdadeiro aumento quando forem recebidas as faturas para pagar. -----

----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para chamar à atenção para a situação da Estrada Nacional 114, entre a rotunda da A15 e o Gato Preto, há falta de segurança rodoviária por ausência de passeios colocando em risco a vida dos automobilistas e dos peões. Continuou por dizer que se trata de um processo de requalificação da responsabilidade da Estradas de Portugal que se arrasta há anos e para o qual nada foi realizado em concreto. Disse que na última sessão da Assembleia foi informado que tinham sido realizadas



reuniões e que os projetos de encontravam em desenvolvimento e questionou qual o ponto de situação atual, solicitando os estudo e projetos existentes. -----

----- Lembrou, mais uma vez que se encontra em falta a numeração de polícia no Pé da Serra e noutras povoações e que entrega da correspondência continua com constrangimentos. Questionou se houve alguma evolução nos trabalhos. -----

----- Chamou à atenção para a grua existente numa obra parada há anos, perto da Escola Fernando Casimiro, e referiu que devem ser tomadas medidas urgentes e adequadas com o objetivo de evitar acidentes ou prejuízos. -----

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referindo-se à Frimor disse tratar-se do evento socioeconómico que marca o ritmo do concelho, que não deixa ninguém indiferente, e aconselhou o executivo municipal a ver nos elogios aquilo que a Frimor tem de bom, e que é para consolidar, e oiça na critica aquilo que necessita ser repensado e melhorado. -----

----- Falando de seguida das eleições que se aproximam disse ter estado atento às diversas propostas apresentadas pelas diversas forças politicas e comentou que na nossa organização social, o chamado modelo europeu de estado social, existem quatro pilares: segurança pública, saúde, educação e segurança social, e que sem eles o nosso sistema não tem sequer razão de existir. Assim, referiu que tendo acompanhado com particular atenção as propostas para a segurança social, que incidem sobre a sustentabilidade das pensões, fez um pequeno resumo da história do atual sistema existente desde a década de 80 e que assenta na garantia que na idade legal da reforma é atribuída uma pensão cujo valor é assegurado com base no princípio da redistribuição, sendo esta é a principal diferença entre as propostas agora apresentadas, plafonamento horizontal, onde o grosso da pensão é sustentado pelas contribuições dos ativos ou plafonamento vertical, onde o grosso da pensão traduz o esforço contributivo do beneficiário durante a sua vida ativa. Relembrou que a estrutura da segurança social traduz uma realidade socioeconómica datada no tempo, onde para uma população de 9,8 milhões de habitantes existiam 1,2 milhões de idosos com mais de 65 anos, para os quais havia uma esperança média de vida de 14,7 anos, em que a maioria dos portugueses não tinha carreira contributiva e onde existiam 5,5 ativos por cada um desses idosos, sendo esta realidade que estruturou o sistema de pensões da segurança social, um sistema hermético, que não contemplou



fatores de ajustamento a eventuais alterações das variáveis económicas e demográficas. Continuou dizendo que foi com este sistema, com alguns retoques, que se chega a 2015 onde para uma população de 10,4 milhões de habitantes existem 2 milhões de idosos com mais de 65 anos, com uma esperança média de vida de 19 anos, ou seja, o dobro dos idosos que vão viver mais cinco anos em média, realidade para a qual existem 3,5 ativos por idoso, ou seja, menos 2 ativos por cada idoso. Disse que quando se olha para estas realidades se torna difícil aceitar que no passado as lideranças políticas tenham proposto um compromisso social desta natureza e que as pessoas o tenham aceite sem espírito crítico, porque num mundo onde as realidades sociais, económicas e demográficas se encontram em permanente e acelerada mudança, não sendo passíveis de controlo por nenhum Governo, propor um sistema despidido de fatores de ajustamento a essas mudanças e que garante a um jovem que aos 65 anos vai ter direito a uma pensão com valor garantido, já não é uma questão de fé, nem de solidariedade intergeracional, é uma questão de desonestidade intelectual e de irresponsabilidade política. Referiu que as propostas hoje em discussão no que se refere à sustentabilidade do sistema de pensões, tem incidido fundamentalmente na formação da receita e no controlo da despesa, no aumento da carreira contributiva e da idade da reforma, na redução do valor da pensão e timidamente tem sido abordado a diversificação das receitas e o fator demográfico, resultando numa clivagem social onde os ativos vêem o seu esforço contributivo ser absorvido pelos atuais pensionistas, gerando incertezas quanto à sua velhice, e os pensionistas ao vêem reduzidas as suas pensões, sentem-se traídos nas suas expectativas. Considerou que urge discutir um novo compromisso social que a todos envolva todos e apontou o exemplo da Noruega como um sistema misto, onde o valor da pensão traduz o esforço contributivo do beneficiário e tem uma componente de redistribuição integrando o conceito de solidariedade intergeracional, com um limite mínimo e um limite superior, que, por estranho que pareça, visto ser um sistema essencialmente distributivo, não existe em Portugal, onde o valor da pensão não traduz o esforço contributivo do pensionista, não contempla limites superiores e, mais grave, as pensões de valor mais elevado, face ao esforço contributivo dos seus beneficiários, ocorrem em cargos públicos e políticos. Afirmou que compreende que para ganhar eleições é necessário levar o eleitor a acreditar num projeto, mas essa profissão de fé, em que se deposita o voto, tem que ser moderada e deixou ao cuidado dos seus concidadãos eleitores uma versão da diferença entre conhecimento



e sabedoria: “tenho conhecimento que a fé move montanhas mas sei que a fé é a marca da retroescavadora.” -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por questionar qual o ponto de situação relativamente aos trabalhos referentes ao abastecimento de água à Vila da Marmeleira e se há alguma previsão para o início dos trabalhos. -----

----- Referindo-se ao ato eleitoral que se aproxima lembrou que o 25 de Abril trouxe conquistas marcantes como a liberdade individual e coletiva, o exercício de poder local democrático, direitos, liberdades e garantias aos cidadãos, direitos e deveres aos trabalhadores, segurança social, férias, pensões, direito à saúde, à educação, entre outros e que, contudo, apesar dos 40 anos e com eleições em breve, se assiste a alguns embustes que importa desmontar: o primeiro, que as próximas eleições não visam eleger um primeiro-ministro, mas sim homens e mulheres que defendam os compromissos que assumiram perante a população, e o segundo, as pseudo sondagens existentes para todos os gostos, cores e feitios que mais não são do que formas de manipulação da opinião pública. Afirmou que se pretende dar a entender que não existe alternativa à política de direita mas a verdade é que o país e o povo português estão mais pobres, o desemprego e a emigração atingiram níveis semelhantes aos da década de 60, a dívida disparou para 130% do PIB, concluindo que nunca, depois do 25 de Abril, os índices foram tão maus. Apontou ainda que no distrito de Santarém se perderam dez mil empregos, que existem novecentas empresas falidas com processos em tribunal, terras e aldeias abandonadas, freguesias extintas, concelhos sem tribunal, sem postos de correio, sem GNR ou PSP, e que podia continuar a enunciar factos elucidativos das consequências da política PSD/CDS. Afirmou que o povo português tem agora a oportunidade de dizer basta a esta política e eleger homens e mulheres de forma a garantir que se acabe com a alternância e se consiga um Governo que cumpra apenas e tão só o que está escrito e consagrado na Constituição da República Portuguesa. -----

----- Referiu-se em seguida à situação dos refugiados e migrantes dizendo que a CDU entende que estes movimentos migratórios e migrantes do continente africano e médio oriente são autênticas fugas à pobreza, à guerra e à morte e que o direito à vida e à dignidade é inalienável e um princípio basilar consagrada na Carta das Nações Unidas. Sublinhou o carácter desumano, explorador e agressivo do sistema dominante,



o capitalismo, que tem causas e responsáveis pelos processos de destabilização em vários pontos do globo, as guerras de versão imperialista, a política do domínio económico e do saque de recursos naturais. Considerou que o Estado Português deve, por razões humanitárias e por obrigação constitucional tomar as medidas para dar o devido acolhimento a refugiados e migrantes numa expressão de solidariedade do Estado Português para com os povos vítimas de agressões e políticas existentes, acolhimento esse que deve garantir a integração plena. Deplora a forma como a União Europeia tem vindo a reagir a esta realidade identificando no direito à sobrevivência de milhares de seres humanos uma ameaça, abrindo campo ao racismo e à xenofobia e às ações criminosas de grupos fascistas, a visão de total discriminação na resposta a dar aos problemas humanitários colocados a pretexto de extinção entre refugiados e migrantes e condena frontalmente as visões e declarações, nomeadamente de partidos políticos portugueses, que a pretexto da drama humanitário criado pelas políticas dos Estados Unidos, da NATO e da União Europeia, apontam o caminho de novas aventuras militares no médio oriente e no continente africano. Considera a CDU que a resposta necessária a esta situação passa obrigatoriamente pelo respeito pelos direitos humanos, incluindo sociais e laborais e do direito dos povos ao desenvolvimento, pelo abandono da política de repressão e militarização desta questão, que apenas aprofunda as causas e alimenta as redes de emigração ilegais, pelo desenvolvimento de uma política humanitária, de apoio aos refugiados e de respeito pelos direitos dos migrantes e pelo combate às causas de emigração em massa, ou seja, pelo fim das políticas de guerra de ingerência, das políticas neocoloniais de exploração dos povos e países de África e do Médio Oriente, pelo respeito da soberania e independência do Estado, pelo decisivo combate à pobreza e pelas políticas de real solidariedade para com os países menos desenvolvidos. Neste contexto, disse que a CDU recomenda à Câmara Municipal que, no quadro de um plano de responsabilidade do Estado central, se associe no esforço de integração destas vítimas, honrando tradições de solidariedade e humanismo do povo do concelho de Rio Maior. -----

----- **Deputada Vera Alexandra Costa Simões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Questionou, tendo em conta aquilo que foi o orçamento de estado para 2015 e a possibilidade de os municípios poderem fixar uma redução da taxa do imposto sobre



os imóveis (IMI) tendo em conta o número de dependentes, se o Executivo equaciona esta redução à semelhança do que já foi feito por algumas autarquias. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- No que respeita à Frimor disse efetivamente esta já foi uma grande feira e lamentou que não tenha hoje a grandiosidade de outrora, mas os tempos e os orçamentos mudam, e embora não tenha a mesma importância, ainda assim tem representações importantes, um importante ênfase no setor agroalimentar e a renovação de espaços para as mais diversas atividades e entidades. Fez ainda notar que, embora em outros tempos esta feira tenha sido grandiosa, também houve tempos em que esteve moribunda e com fim anunciado que felizmente foi evitado, mantendo a tradição através de um grande esforço da organização para o seu sucesso e para a sua renovação. -----

----- No que se refere ao custo da água disse que os aumentos nunca agradam a ninguém e que a enquanto responsáveis políticos, a Assembleia Municipal tem o dever de fiscalizar a gestão do Executivo Municipal e dos dinheiros públicos e que, em face disso, é do conhecimento de todos que a autarquia não atualizava os tarifários respeitantes aos serviços essenciais desde 2002, suportando um défice anual de cerca de um milhão e meio de euros com a prestação destes serviços, a que corresponde uma verba considerável do orçamento do município. Continuou dizendo que, como é sabido, a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro determina que os preços não devem ser superiores ou inferiores aos custos dos serviços que se prestam arriscando dizer que, de alguma forma, a Câmara Municipal estava a suportar estes custos de forma quase ilegal, porque a lei determina que o valor dos serviços prestados não pode ser inferior aos custos reais, sob pena de estar a prejudicar a boa gestão dos dinheiros públicos do município. Acrescentou ainda que o tarifário apresentado contempla ainda medidas de proteção às famílias carenciadas bem como para as famílias numerosas. Terminou dizendo que, ao contrário do que foi afirmado em intervenção anterior, o município de Rio Maior não é dos concelhos com água mais cara dizendo que este apresenta uma média de 16,14 euros no pagamento destes serviços enquanto as médias de grande parte dos outros municípios se apresentam entre os 18,78 euros e os 33,78 euros. -----

----- Acerca das eleições disse o partido em funções encontrou o país à beira da bancarrota e que a verdade é que, de alguma forma, se reanimou o estado do país e a



tão falada espiral recessiva, que muitos davam como certa, foi evitada pelas políticas da coligação e pelo enorme esforço dos portugueses. Salientou que à parte disso e o mais importante que tudo neste momento é combater a abstenção e incentivar ao exercício do direito de voto, porque a abstenção não beneficia ninguém e, como responsáveis políticos, cabe também aos membros da Assembleia Municipal incentivar e convencer a esta prática independentemente do sentido de voto de cada um. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Plataforma da Interoperacionalidade: Acrescentou à intervenção feita que, a somar a todas as conquistas neste âmbito, foi também aprovada a localização da sede da Fundação do Desporto em Rio Maior. -----

----- Cineteatro: Considerou que devemos todos engrossar o trabalho que é feito pela equipa do Cineteatro, a quem agradeceu, não só aos trabalhadores mas também a um grupo de voluntários que se associam a estas atividades, esperando que muitos participem nas atividades. Convidou também todos a estarem presentes no jogo de apuramento de pólo aquático feminino para o campeonato da Europa que terá lugar nas piscinas pelas 17 horas. -----

----- Saúde: Acerca da situação apresentada sobre a saúde e o centro de saúde esclareceu que o período mais grave foi durante o mês de agosto devido à falta de horas de médicos contratadas pela ACES Lezíria, mas neste momento e durante o mês de setembro a situação foi resolvida e embora não seja ainda público houve uma alteração e a colocação de médicos está já materializada e será entretanto tornada pública, embora esteja já em funcionamento. Acrescentou ainda que não se trata de um ato eleitoralista e que a colocação de cinco médicos na Lezíria estava prevista e que Rio Maior, felizmente, sai contemplado nesta colocação. -----

----- Passadeira junto à Belária: Concordou que se trata de uma situação complicada e que estão ser desenvolvidos esforços para a sua resolução. -----



----- Obras na EN 114: Deu conhecimento que o projeto está a ser elaborado na Estradas de Portugal e aguarda-se o projeto final para depois se poder divulgar. -----

----- Numeração de polícia: Esclareceu que os números já foram atribuídos e que falta a sua colocação. Neste contexto, alertou para a colocação ilegal de um cartaz da CDU em cima de um triângulo tirando a visibilidade ao trânsito no local. -----

----- Refugiados: Acerca desta questão disse que o Município de Rio Maior tomou uma posição pública articulada com a maioria dos municípios, com a Associação Nacional de Municípios Portugueses e com o Governo, para que o acolhimento seja feito de uma forma responsável, não bastando somente acolher mas também integrar na sua plenitude, desde a língua ao apoio psicossocial e psicológico que seguramente irão necessitar, entre tantas outras necessidades que será preciso assegurar. -----

----- Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI): Lembrou que se trata de uma competência da Assembleia Municipal e que a Câmara irá elaborar uma proposta que será colocada à consideração deste órgão, que será elaborada com base nos dados que o Serviço de Finanças enviou sobre o número de famílias que podem vir a usufruir deste incentivo e os valores que representam em termos de receita. -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das restantes questões colocadas. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Recriação Histórica: Disse que se trata, atualmente, de um evento irrealizável devido aos custos que representa, lembrando que a última vez que foi realizado custou cerca de cento e vinte mil contos à Câmara Municipal e embora tenha existido o retorno na altura hoje não existem condições efetivas para a realização de um evento com essa dimensão. Lamentou que assim seja, mas são os factos reais. -----

----- Frimor: Considerou que a Frimor foi um êxito e sugeriu que toda a dinâmica criada no primeiro andar do Pavilhão Multiusos seja extensível ao piso térreo e às



tendas, dignificando ainda mais o evento, não só para quem visita mas também para quem expõe. -----

----- Tarifário das águas, saneamento e resíduos: Disse que se trata de um assunto que oferece diversas interpretações dando a conhecer que segundo estudo divulgado pela Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) em 2014, Rio Maior era 21º município com a água mais barata. Deu conhecimento que, no que se refere ao pagamento dos mínimos acordados nos contratos existentes, Rio Maior contestou e ganhou a ação no Tribunal Administrativo de Leiria relativo ao ano de 2010 e 2011 e não foram pagos os valores em causa, assim como aconteceu com outras autarquias que fazem parte da Águas do Oeste. Esclareceu que o aumento verificado não depende apenas da vontade da autarquia porque, para além do défice já referido no montante de cerca de um milhão e quatrocentos mil euros por ano, torna-se necessário fazer investimento como é o caso dos dois grandes investimentos que neste momento se estão a fazer, as obras em Arco da Memória, a iniciar durante a próxima semana, e na Vila da Marmeleira a iniciar na primeira semana de outubro. Continuou dizendo que são investimentos que rondam os oitocentos mil euros, no conjunto, nas quais o município tem uma participação de 15%. Deu ainda conhecimento que serão também realizadas reuniões entre os membros do executivo e os técnicos da autarquia para averiguar a forma mais eficaz de minorar as perdas existentes, de aumentar as receitas, de diminuir roubos de água e resolver outras situações menos normais a fim de se conseguir o equilíbrio necessário. Terminou dizendo que o aumento agora feito tem como finalidade o investimento na área no sentido da rentabilização futura de meios e recursos, gerando até, quem sabe, a diminuição do preço destes serviços. -----

----- Grua existente junto à Escola Fernando Casimiro: Informou que a Caixa Geral de Depósitos já teve reuniões com o executivo acerca do assunto, parte dos afastamentos estão vendidos, e julga-se que a curto prazo serão iniciadas as obras e que, segundo informação da Proteção Civil, a grua não oferece perigo de derrocada.---

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Pediu a palavra para esclarecer que não disse que o concelho de Rio Maior era aquele onde se cobrava mais pela água e que o que realmente disse é que Rio Maior é um dos concelhos do país onde a água é mais cara. Recordou um estudo da DECO sobre os tarifários de abastecimento de água, saneamento e resíduos em vigor no mês de setembro de 2014 que compara duzentos quarenta e cinco municípios do país



e concluiu que Rio Maior se encontrava entre os vinte e cinco onde os cidadãos mais pagavam pela água. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Questionou a origem do estudo em causa e esclareceu que o estudo indicado, também invocado já por um grupo de cidadãos, não existe, é falso. -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Disse que o estudo apareceu noticiado e publicado nas redes sociais e que desconhecia que se tratava de um estudo falso, baseando-se nele pensando que fosse verdadeiro. Acrescentou que, ainda assim, considera que um aumento de 60% ou 70% é inaceitável e escapa ao mais elementar bom senso. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Alteração no mapa da prestação de contas 2014 - "Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros" - Página 217** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 2)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Jacinto Madeira Correia** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Relativamente à Alteração no mapa da prestação de contas 2014 - "Endividamento - Outras Dívidas a Terceiros" - Página 217, questionou o que é que este lapso implica em termos de contas finais ou rácios. -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Solicitou que relativamente à listagem de processos judiciais, especificamente relacionado com o processo n.º 242/13.9, ação administrativa especial em que foram impugnadas atos no âmbito de um procedimento concursal, gostaria de saber que atos concretamente foram impugnados e também a indicação do número e data do Diário da República em que foi publicado o aviso de abertura do referido procedimento concursal. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



----- Sobre este último assunto disse que fará a informação chegar por escrito por não estar na posse de todas as informações solicitadas e que no que se refere à questão levantada sobre a alteração do mapa da prestação de contas 2014 informou que se trata da inclusão do valor para o Fundo de Apoio Municipal a transferir durante sete anos e que não era conhecido aquando da elaboração do mapa e que agora se contempla no mapa auxiliar, não havendo alterações em termos contabilísticos dos rácios ou das contas finais. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Proposta de revisão à Carta Educativa do Concelho de Rio Maior –**

----- A Presidente da Câmara solicitou que fosse dada a palavra à Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo que acompanhou o processo de alteração. -----

----- **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que se trata de uma revisão que representa o fecho de um ciclo. Disse que o nosso concelho tem uma cobertura excelente a nível de infraestruturas de apoio ao pré-escolar e 1º ciclo não havendo necessidade de construir mais centros escolares e a novidade é a previsão a ampliação da Escola EB 1-JI de Asseiceira. Concluiu dizendo que num quadro futuro, se o Ministério da Educação assim o entender, poderá ser revista a junção das escolas do concelho de Rio Maior, dois agrupamentos e uma escola secundária, uma vez que Rio Maior tem a sorte de ser o único concelho do distrito de Santarém que não sofreu nenhum reajustamento e que tem a única escola secundária autónoma.-----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Disse que a parte educativa é um instrumento prospectivo relativamente ao número de alunos e à rede de estabelecimentos de ensino e onde se prevêem as intervenções, custos e cronograma e que a posição da CDU é clara nesta matéria, sendo contra o número de alunos por turma, contra os mega agrupamentos, contra o encerramento de escolas e jardins-de-infância com quinze ou mais alunos, que esquece a relação familiar de vizinhança e identificação comunitária. Reiterou que a CDU é contra a haver apenas um agrupamento como refere o documento e são por uma educação pública de proximidade com qualidade, que garanta o desenvolvimento



do concelho de forma harmoniosa e sustentada. Indicou o sentido de voto como abstenção porque esta carta é uma continuidade da anterior e apresenta algumas lacunas não aceitáveis tais como as matrizes de monitorização, os sinais prospectivos para os próximos dois anos, entre outras. Concluiu dizendo que a CDU vê esta carta como uma forma de ir buscar dinheiro ao fundos europeus e por essa mesma razão irão abster-se. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Relativamente a esta carta educativa disse que a mesma constituiu um documento fundamental que apresenta o estudo exaustivo e completo do concelho, permitindo prospectivar o presente e o futuro, assim como identificar as necessidades e justificar as opções tomadas tratando-se de uma base que apresenta factos e permite tomar decisões. Refere que se verifica uma necessidade de intervenção em alguns locais justificada não só pelo estado físico das edificações mas pela previsão de aumento da utilização. -----

----- **Deputada Vera Alexandra Costa Simões** -----

----- Iniciou por dizer que se trata de um documento interessante e que caracteriza o concelho, questionando se existe algum projeto educativo que integre todos os níveis de ensino. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Interveio para fazer uma retificação no que respeita à escola do 1º ciclo de Asseiceira, onde existem duas salas e estão as duas a funcionar. Lembrou que em relação à Asseiceira houve tempos em que se falava de um centro escolar para aquela zona mas que a evolução demográfica e económica veio demonstrar que não ser agora necessária e que havendo necessidade no futuro o espaço permite a ampliação da escola existente, que atualmente apenas precisa de algumas obras de manutenção e adequação das salas. Referiu ainda que a escola básica construída em 1957 e a JI construída em 1987, tem levado algumas obras de conservação e reparação, no entanto outras obras são necessárias, nomeadamente este ano a sala da JI teve necessidade de proceder à reparação do chão da sala. Sabendo que não existe dinheiro, a comunidade escolar resolveu proceder à respectiva reparação, sendo agora necessário angariar dinheiro para o seu pagamento, o que está a ser feito com a venda de bolos e doces, feitos pela funcionária da escola básica, D. Ana Marcelino a quem, pessoalmente e em nome dos pais e encarregados de educação da EB/JI de Asseiceira, agradeceu, pela sua inexcelável colaboração-----



----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra à Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo para os esclarecimentos solicitados. -----

----- **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Esclareceu que a proposta de agregação dos dois agrupamentos e a escola secundária surge em reunião do Conselho Municipal de Educação sendo a proposta inicial apenas para a agregação de um agrupamento com a escola secundária mas que todos os diretores foram da opinião que a acontecer seria agregação de todas as escolas e não apenas duas. Relativamente à existência de um projeto educativo concelhio abrangente concordou que o mesmo deveria existir e que até foram já iniciados os procedimentos com a realização de reuniões de serviço no sentido de se começar a delinear o mesmo. Considerou que à Câmara não compete apenas gerir os imóveis e o pessoal indo a área de influência da educação muito mais além do pré-escolar e do 1º ciclo e continua até ao 12º ano e, no caso de Rio Maior, ao ensino superior. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 24 votos a favor e 4 abstenções dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço, Suzana Margarida dos Santos Candeias e Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (28 presenças). -----

----- **Ponto II – Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo Jovem** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que se trata de um documento importante porque pode vir criar aquilo que não existe no nosso concelho que é a democracia participativa. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que se trata de uma causa que se vinha debatendo há algum tempo e congratulou-se pela sua concretização e igualar Rio Maior, a nível da evolução jovem, a outros concelhos que já o fazem. Saliu que são iniciativas desta natureza que trazem os jovens à participação e à discussão informada e responsável nos processos governativos locais e garantir a sua participação em decisões sobre investimentos municipais. Disse que, em seu entender, este regulamento vai



responder a várias questões frequentes da ordem participativa e foi essencial a sua discussão no Conselho Municipal da Juventude. Terminou questionando se o executivo já tem noção de qual será o limite a nível de verbas que irá ou não poder dispor para esta situação visto que em princípio será aberto brevemente. -----

----- **Deputada Inês Guerra Vargas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Congratulou o executivo pela implementação desta medida que decerto terá grande adesão por parte dos jovens e constituiu um passo muito importante no que toca ao desenvolvimento na área da juventude e à promoção da participação cívica dos jovens do concelho. Solicitou esclarecimentos acerca da aplicação prática do regulamento especialmente no que diz respeito ao artigo 10º e à comissão de análise técnica das propostas porque, em seu entender, seria proveitoso e conveniente, uma vez que o objetivo desta política é envolver os jovens, envolver também no processo decisório das propostas apresentadas, um membro indicado pelo Conselho Municipal da Juventude, para além dos três técnicos indicados pelo Vereador da Juventude, para participar na análise e decisão, não pelos seus conhecimentos técnicos mas pelo facto do Conselho Municipal da Juventude ser, atualmente, o fórum que melhor e mais amplamente representa os jovens do concelho e as suas necessidades. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vereador João António Lopes Candoso para os esclarecimentos solicitados. -----

----- **Vereador João António Lopes Candoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que este projeto de regulamento resultou do trabalho que foi feito pelo Conselho Municipal de Juventude agradecendo, desde logo, a todos aqueles que participaram. Disse tratar-se de um regulamento que consolida a democracia participativa da juventude e de um projeto que pode, mais tarde, ser transposto para outras formas de participação da população em geral em termos do próprio orçamento da Câmara Municipal. Relativamente à comissão de análise, esta não prevê nenhum elemento do Conselho Municipal de Juventude porque nunca foi apresentada nenhuma sugestão nesse sentido, nem na elaboração da proposta nem aquando da participação pública e que só com uma alteração do regulamento poderá a vir a ser



incluída esta proposta. No que respeita ao valor disse que o mesmo será previsto em orçamento que terá efeito prático em 2017, ou seja, os trabalhos serão iniciados no início de 2016, a Câmara Municipal terá que definir qual é o valor que vai atribuir dentro do próprio orçamento da juventude. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós votamos favoravelmente este orçamento participativo contudo nós somos pelo orçamento participado. Participativo, entendemos, que é uma moda agora, no entanto queremos realçar que este regulamento prevê no seu artigo 3º o modelo de consulta a e deliberação por parte dos jovens dos 14 até aos 35 anos, por isso, estimula a participação, reflexão e a proposta crítica. A CDU votou favoravelmente pois quer pelo exercício pleno da cidadania e da formação integral do ser humano.” ----

----- **Ponto III – Projeto de Regulamento de Publicidade, Outras Utilizações do Espaço Público e Mobiliário Urbano do Município de Rio Maior** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata de um documento que esteve em consulta pública, foi sujeito a parecer de diversas entidades e acolheu as sugestões consideradas pertinentes. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Relativamente ao documento apresentado disse que a CDU releva o excelente trabalho dos técnicos que participaram na feitura desta síntese, sendo o mesmo a prova de que a administração local tem as melhores cabeças e os melhores métodos de rigor e transparência. Disse ainda que as sugestões feitas e consideradas merecem a sua melhor atenção e que entende a CDU que não basta a autarquia ter um regulamento, tem também que investir, de forma contínua, em formação dos quadros para poder fazer às novas exigências e acabar com as burocracias, aumentando a eficácia e a eficiência dos serviços, não só os de fiscalização mas todos os outros. Disse ainda que a CDU vai monitorizar o que estas propostas plasmas e expressam neste regulamento e importa agora levá-lo à prática. Finalizou dizendo que a CDU fica expectante pelos resultados e que dá aval positivo aquilo que é proposto neste relatório. -----



----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Disse que a abrangência do regulamento em si e a forma como nele se define todos os parâmetros ao nível da publicidade e da utilização do espaço público dá, desde logo, um enquadramento que permite saber *a priori* o que poderá e o que não poderá ser feito, permitindo aos cidadãos e às empresas fazer escolhas conscientes. Acrescentou ainda que está aberto o caminho para estabelecer as medidas necessárias com vista a um serviço de controlo e fiscalização capaz e eficiente, sendo que o regulamento já existe restando agora a aplicação na prática. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, (27presenças). -----

----- **Ponto IV – Relatório de acompanhamento trimestral ao PAEL – 2º Trimestre de 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao PAEL disse que, em seu entender, nada mais é do que um presente envenenado dado às autarquias pelo Governo que as veio onerar aumentando substancialmente as taxas de impostos, obrigando à aplicação de uma taxa máxima, transformando, ao mesmo tempo, o Governo central num banco. Referiu que estes empréstimos acabam por ter juros quase mais elevados que a própria banca e a prova disto é que existem já municípios que optarem por contrair empréstimos à banca, com autorização do Tribunal de Contas, para pagar o PAEL livrando-os das obrigações decorrentes deste programa, conseguindo uma redução substancial da dívida. Questionou se, à semelhança desses municípios, não se poderia poupar algum dinheiro e evitar a sobrecarga dos munícipes com o aumento das taxas, contraindo um empréstimo à banca e pagando o valor do PAEL por inteiro. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que este empréstimo no âmbito do PAEL, feito a catorze anos, não obriga ao estabelecimento das taxas o limite máximo porque o município de Rio Maior se enquadra no programa 2 e não no 1, obrigando sim à aplicação de algumas medidas de equilíbrio financeiro. Disse também que embora concordando com



algumas das afirmações, o que realmente agrava a situação é que este não é o único empréstimo que o município está a pagar, dando conta que ainda se encontra em pagamento o PRED que foi um programa semelhante mas que, ao contrário do PAEL, tinha um período de carência de cinco anos apenas começando a ser pago em 2013. Quanto às taxas de juro afirmou que foram aquelas que vigoravam á época e que neste momento não existem condições para o município contrair um empréstimo à banca para esse efeito. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor e 6 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Vera Alexandra Costa Simões, Filipe Vicente Martins, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A intervenção da CDU é a da coerência, por essa razão mesmo abstivemo-nos. Não concordamos com o PAEL, Plano de Apoio à Economia Local, entendemos que de apoio não tem nada. Este é um relatório do que foi feito e entendemos também que como tal não devia de vir a votação mas sim só para informação, pese embora os mecanismos legais assim o obriguem. Mas pior que tudo é a política que subjaz ao PAEL. Se consultarmos em conjunto o mapa de folhas 4 vimos que está lá tudo o que a política e os partidos de direita querem para o poder local, aumentos já feitos, água, resíduos, saneamento e os que aí vêm a seguir. Em coerência com esta nossa posição, abstivemo-nos portanto.” -----

----- **Ponto V – Adendas aos contratos interadministrativos e acordos de execução com as Juntas de Freguesia** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e lamentou estar apenas agora a fazer os contratos e os acordos com as juntas de freguesia e não ter sido possível a sua aprovação mais cedo. Agradeceu em nome pessoal e do executivo municipal a todos os presidentes de junta pela compreensão durante este processo. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Disse tratar-se de um assunto de importância para as freguesias e que as verbas a transferir, no caso da união de freguesias a que preside, foram reduzidas em 50% em relação a 2014, sendo o valor possível no momento, mas reconhecendo que vinte mil euros para duas freguesias é manifestamente insuficiente. Disse que gostaria de continuar a manter as duas freguesias limpas, com caminhos e com algum investimento para que continuem a ser atrativas e contrariar a desertificação que se começa a notar. Fez votos que 2016 possa ser diferente e mais favorável. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Disse que é com profunda tristeza que faz a sua intervenção porque um corte de 50% na verba a transferir equivale a uma regressão de vários anos e não era isso que as freguesias precisavam. Disse que é da maior importância o investimento nas freguesias de modo a atrair pessoas e criar dinâmicas atrativas para quem vem de fora, levando-as a instalarem-se e permanecer, sendo certo que para isso acontecer é necessário investir nas freguesias. Referiu que 2016 não pode ser uma repetição de 2015 e fez votos que 2016 seja o ano de investimento nas freguesias para que se possa recuperar o perdido em 2015. Salientou que há que fazer justiça ao executivo municipal que em julho informou as freguesias deste corte de 50%, evitando que criassem despesa fazendo as obras e os projetos a que se tinham proposto. Disse acreditar que a sua tristeza partilhada pela Câmara e que gostaria que o executivo promettesse, neste momento, que 2016 será diferente para melhor. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer que mesmo sabendo dos constrangimentos financeiros da Câmara Municipal e sabendo já desde o final de 2014 que este ano as juntas de freguesia iriam ver reduzidas as verbas com que executam as competências que lhe são delegadas, e eventualmente também a suspensão de algumas dessas competências, a verdade é que a gestão das juntas de freguesia fica comprometida pelo desconhecimento dessas competências e competentes verbas, porque o dinheiro acaba por não ser o único problema relativamente a algumas necessidades das freguesias, já que é também necessário estarem dotadas legalmente da competência



para tal. Manifestou ainda o seu agrado pela informação que lhe foi disponibilizada pela Câmara Municipal de que os contratos interadministrativos e acordos de execução a celebrar com as juntas de freguesia para o ano de 2016 serão discutidos e aprovados ainda no corrente ano e que esta será a regra para o futuro. Afirmou também que não lhe foi dito, mas que quer acreditar, que a Câmara Municipal será capaz de encontrar soluções para, pelo menos, manter os níveis de financiamento para as freguesias idênticos aos que constaram dos acordos para o ano de 2014 e que será também capaz de clarificar os critérios que servem de base à distribuição dessas verbas pelas dez freguesias do concelho. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que as freguesias são autarquias eleitas democraticamente pelas populações e, por isso, têm legitimidade para o exercício das funções, reafirmando que os autarcas não são nomeados, são eleitos, e como tal assumem compromissos com os seus eleitores que querem ver cumpridos. Continuou dizendo que este ano a delegação de competências é de novo atípica, isto é, os contratos interadministrativos e os acordos de execução são aprovados na Assembleia Municipal em setembro o que leva a que, na melhor das hipóteses, só no final do ano as juntas estejam na posse das verbas, isto se não acontecer o mesmo que este ano, em que receberam em janeiro de 2015 o que deveriam ter recebido em 2014. Questionou o porquê de isso acontecer visto a Câmara Municipal ter recebido mais trezentos e oitenta e dois mil euros do orçamento do estado e de também ter aumentado a água, os resíduos e o saneamento e questionou se as freguesias são efetivamente uma prioridade de governação autárquica. Questionou também os critérios em que foi baseada a atribuição de verbas e onde está a padronização dos custos. Referiu que as dez juntas vão receber para manutenção dos espaços verdes a quantia de sete mil euros para todo o concelho, exceto a cidade, enquanto a Câmara paga mensalmente cinco mil euros à empresa que mantém os espaços verdes da cidade. Indicou o sentido de voto contra e exigiu que no próximo ano os pagamentos sejam mensais desde o início do ano porque não há forma de governar bem agindo desta forma e sem dinheiro. Lembrou que há autarcas de freguesia que não recebem as suas compensações desde janeiro para conseguirem manter a porta da sua junta aberta e que a responsabilidade de cumprir um acordo é de ambas as partes mas, se as juntas não o aceitarem, quem tem o dever e a obrigação legal de o fazer é a Câmara Municipal de Rio Maior. Terminou dizendo que a CDU, perante este assunto



tão delicado, vai votar contra e entende que a continuarem as coisas desta forma o poder local acaba por não poder ser exercido. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que 2015 está a revelar-se, no trabalho das freguesias, um ano de enorme esforço financeiro e de gestão, reconhecendo contudo que tem a sorte de liderar uma junta de freguesia que consegue, ainda, por meios próprios desempenhar algum trabalho. Ainda assim disse sentir de forma bastante agravada a dificuldade financeira e de gestão que tem sido atravessar o ano de 2015 e que este ainda deve ter sido mais difícil para as freguesias mais pequenas. Disse também que foi assumido com a Câmara Municipal um corte nas transferências feitas para as juntas num total de 50% ressaltando que foi equitativo para todas as juntas de freguesia e salientou que muito embora todas as juntas de freguesia tenham manifestado solidariedade e compreensão para com a Câmara Municipal, foi também vincado junto do executivo municipal a necessidade urgente que nos próximos anos se possa rever em alta o valor transferido para as juntas. Demonstrou preocupação de que o serviço prestado às populações pelas juntas de freguesia, dedicado, personalizado e próximo, possa estar em causa porque se estas não forem dotadas justamente e corretamente não será possível manter o serviço a que, felizmente, têm habituado os munícipes. Considerou que esta manifestação dada pelas juntas foi a prova mais cabal de que as freguesias do concelho de Rio Maior estão com o executivo municipal e com a Câmara Municipal e os presidentes de junta, em sacrifício das próprias contas enquanto juntas de freguesia em sacrifício dos seus trabalhos, deram à Câmara Municipal o apoio necessário dizendo que se a Câmara tem dificuldades elas serão partilhadas por todos. Terminou dizendo que não tem a mínima dúvida que a vontade do executivo municipal seria transferir o máximo possível para as freguesias e acredita que haverá a audácia e o engenho de fazer com que em 2016 se possa falar de forma diferente e que a Câmara Municipal pode contar com as Juntas de Freguesia, assim com estas últimas podem, com certeza, contar com a Câmara Municipal. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 19 votos a favor, 4 votos contra dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Suzana Margarida dos Santos Candeias e Paulo Manuel Santos Colaço e 5 abstenções dos Deputados



Municipais Vera Alexandra Costa Simões, Filipe Vicente Martins, João Figueiredo Lopes Vargas, Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e o Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Vou falar pela primeira vez nesta Assembleia para justificar a minha abstenção na transferência de verbas para as Freguesias. Assinei o acordo interadministrativo e o acordo de execução pelo respeito que tenho pelos meus fregueses e por estarmos no final do ano e ter assumido compromissos baseado no que era o orçamento inicial do executivo camarário para transferências para as juntas, que era um corte de 20%. A minha freguesia com uma área total de 16,7 km² e cerca de mil e duzentos habitantes é a que recebe menos de todas as freguesias, no entanto, e segundo dados dos censos de 2011 foi uma freguesia que teve um aumento populacional na ordem dos 15%. Gostaria de um dia entender os critérios que uma freguesia com mais de 17 km² e com mais de mil e cem habitantes nos últimos anos tem um corte nas transferências da Câmara de mais de 50%. Gostava também de deixar expresso o meu desagrado por em reunião com a Senhora Presidente e o meu executivo ficar acordado uma verba para a freguesia na ordem dos vinte mil euros e qual não é o meu espanto que aparece para assinar com um corte na ordem dos mil e quinhentos euros e retirada a verba das pequenas reparações em estabelecimentos de ensino, com verba já comprometida e obras concluídas. Termina esta declaração solicitando que para o ano tudo seja diferente, as Juntas de Freguesia são órgãos de poder autárquico, eleitos pelo povo e como tal devem ser dotadas.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Em relação a esta matéria votei contra porque considero que este processo tem sido mal conduzido desde o início, sem critério concreto que se perceba, e penso que não têm sido respeitados, de uma forma genérica, os prazos legais, pelo que, não é de admirar, a situação atual que já aqui foi descrita. Como se costuma dizer “pau que nasce torto, tarde ou nunca se endireita” e eu, na altura em que este processo teve início, chamei logo à atenção numa outra sessão da Assembleia Municipal para a necessidade de cumprir escrupulosamente com aquilo que se encontra legislado. Mas



enfim, o importante é que as freguesias e uniões de freguesias recebam aquilo a que têm direito. De qualquer dos modos considero, e para terminar, que efetivamente as nossas freguesias e as nossas uniões de freguesias não estão a ser tratadas com o respeito que merecem.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Este era um ponto em que me faltava ouvir a voz dos nossos Presidentes de Junta de Freguesia que são membros de pleno direito desta Assembleia e depois de os ouvir ficou reforçada a minha convicção de que os legítimos representantes das freguesias defenderam o melhor possível os interesses das suas freguesias, assumiram o compromisso possível. O meu voto a favor significa a minha confiança no vosso trabalho e empenho.” -----

----- **Ponto VI – Contrato de arrendamento Parque eólico da Serra dos Candeeiros – Aditamento** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e fez o enquadramento da relação contratual da Iberwind com a Câmara Municipal no que respeita ao arrendamento para o Parque Eólico da Serra dos Candeeiros desde 2002 até 2030, sendo agora solicitado um aditamento a esse contrato inicial por mais seis anos. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Solicitou esclarecimentos se a renda de quinze mil euros identificada no contrato tem uma componente variável em função dos megawatts produzidos, porque consegue perceber que essa componente existe para os seis anos de prorrogação mas não consegue aferir se existe no período até 2030. Questionou ainda se o concelho é auto-suficiente em energia elétrica e se esta não deveria ser uma bandeira na captação de indústria, criando uma correspondência entre esta auto-suficiência e a instalação de unidades fabris em condições mais atrativas. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Questionou o porquê da rapidez com que foi tratado este assunto e em que estudo se baseia a proposta. Disse também que se pode observar que a empresa tem sede em Oeiras o que quer dizer que não paga impostos em Rio Maior e entendendo



que deve haver um esforço da Câmara Municipal para que as empresas tenham a sua sede no concelho afim de não levarem apenas as mais-valias deixando cá o valor dos impostos que pagam em outros concelhos. Referiu que a empresa, no seu portfólio, destaca este parque eólico como preferência nacional e internacional e como um dos maiores em termos de capacidades instaladas, o que revela que nem Portugal nem o concelho de Rio Maior são pobres e que estamos, antes, a entregar essas riquezas e potencialidades ao estrangeiro. Afirmou que a CDU tem muitas dúvidas, não esclarecidas nos documentos, se este é o melhor negócio ou se é um negócio em função das dificuldades de tesouraria da Câmara Municipal, levantando também algumas dúvidas acerca do donativo referido no valor de dez mil euros anuais para atividades sociais e culturais, entendendo que quem dá um donativo não pode dizer para que este possa servir de pressão ou moeda de troca. Por tudo o que foi dito, indicou o sentido de voto como abstenção. -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----

----- Questionou se o valor deste aditamento ao contrato foi imposto pela empresa ou se foi negociado. Referiu-se também à questão dos baldios dizendo que existe um contencioso com a Câmara Municipal e a assembleia que gere os baldios onde esta reclama que os terrenos em causa foram adquiridos indevidamente pela Câmara através de uma escritura de justificação de parte do prédio onde está implantado o parque e que faria parte de zonas baldias que não poderia ser objeto de apropriação individual, solicitando informações acerca desta situação. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Disse, desde logo, que se pode verificar na documentação que o processo não foi tão célere como foi dado a entender, decorrendo desde junho até à presente data, com negociações entre as partes e que em relação à sede da empresa pode constatar-se que na documentação é referida a sede como sendo em Rio Maior, não obstante o facto de a taxação em sede de IRC e derrama ser permitida para a sede da produção do lucro e compete aos municípios por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, taxar a derrama na sede de produção dos lucros. Fez notar que este aditamento ao contrato permite um encaixe direto ao município sem prejudicar a receita futura de exercícios de executivos próximos, o que não aconteceu com a contratação inicial vigente até ao momento. Acerca dos baldios disse desconhecer a situação mas afirmou que a haver qualquer contencioso este data já do início do contrato celebrado por executivo do Partido Socialista. -----



----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vereador João António Lopes Candoso para os esclarecimentos solicitados. -----

----- **Vereador João António Lopes Candoso** -----

----- Relativamente à titularidade dos terrenos disse que em relação ao contrato assinado em 2003, neste momento, só 50% dos terrenos são titularidade da Câmara Municipal porque metade dos terrenos, onde está situado metade do parque eólico, foi doado pela Câmara Municipal em 2008 à Junta de Freguesia de Alcobertas e o aditamento apenas diz respeito a esses 50%. Quanto à questão dos baldios disse desconhecer qualquer contencioso e que os terrenos pertencem ao domínio privado da Câmara Municipal de Rio Maior desde 1987. No que respeita à celeridade do processo afirmou que este teve o seu desenvolvimento normal e nos prazos necessários para a resolução da situação. Esclareceu que no âmbito deste aditamento existem duas situações distintas, uma é a renda que a empresa paga pelo arrendamento dos terrenos e outra é a renda legal de 2,5% sobre a faturação da empresa, independentemente dos terrenos serem da Câmara Municipal ou não, e que esta prorrogação de prazo de mais seis anos garante o encaixe financeiro correspondente a esta extensão de prazo atualizado à inflação na altura. Salientou que o executivo optou pela não antecipação das rendas, ao contrário do que aconteceu em 2003, garantindo receita para o futuro. Esclareceu que a definição do valor das rendas foi baseado no valor de renda que foi negociado em 2003 no valor total de quatro milhões seiscentos e trinta mil para vinte e cinco anos, dividindo pela potência do parque eólico dá o valor por megawatt. Continuou dizendo que o valor agora proposto de três mil e oitenta e sete euros corresponde à atualização do valor da renda anterior de dois mil trezentos e setenta e quatro euros atualizado à inflação entre 2005 e 2015 sendo que o valor a pagar em 2031 será este atualizado à inflação na altura. Considerou que numa altura em que as energias renováveis baixam de preço e os incentivos diminuem nada aponta que os valores de rendas em 2030 sejam superiores aos atuais e informou ainda que a antecipação das rendas em 2005 fez a Câmara Municipal perder aproximadamente dois milhões euros dado não haver atualização de rendas anualmente. Deu conta que neste aditamento foi ainda conseguido que a empresa se dispusesse a pagar o diferencial dos valores que teriam sido pagos se não se tivesse antecipado rendas e que o donativo se trata de um valor autónomo ao aditamento ao contrário sem qualquer ligação a este e a empresa não



impõe qual o projeto que queira ver desenvolvido, isso depende da câmara, apoiando apenas projetos para o desenvolvimento destas áreas culturais e sociais. Garantiu que houve nestas negociações todo o cuidado de se conseguir o melhor negócio para o Município, sem antecipação de receitas, garantindo receita para o futuro na ordem dos quatro milhões de euros entre 2031 e 2036 e que até 2030 a Câmara Municipal receba quinhentos mil euros que não eram já devidos mas que a empresa se dispôs a pagar para a concretização do aditamento ao contrato. Referiu ainda que embora tenha havido algumas dúvidas se este aditamento deveria ou não ser presente à Assembleia Municipal, pelo facto de ter autorizado a Câmara Municipal a realizar contratos neste âmbito em 2003, o executivo considerou que a extensão do prazo de vinte cinco anos por mais seis anos era da competência deste órgão. -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----

----- Pede a palavra para dizer que percebeu a resposta mas que não ficou esclarecido acerca do que questionou e que a questão dos baldios não é de menor importância na medida em que existe algum conflito e mau esclarecimento. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Questionou a Senhora Presidente da Câmara se existe efetivamente algum processo em contencioso acerca desta questão. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Respondeu que não tem conhecimento da existência de qualquer processo de contencioso sobre o assunto e que segundo a informação também dada pelos serviços não se conhece nenhum processo nesse sentido. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 19 votos a favor e 9 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Vera Alexandra Costa Simões, Filipe Vicente Martins, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Suzana Margarida dos Santos Candeias, Paulo Manuel Santos Colaço, João Figueiredo Lopes Vargas, Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo e o Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Ainda de acordo com a minha intervenção anterior acrescento ainda que existem municípios bem próximos de nós que são auto sustentáveis em energia elétrica e transferem esta rentabilidade para os munícipes. Desta forma congratulo o executivo pela inclusão de uma verba de investimento em atividades culturais e sociais. Tenho



este assunto sobre a mesa e vou acompanhar com particular interesse onde vai ser investido esses dez mil euros identificados no contrato.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** que se transcreve na íntegra: -----

----- “O meu voto foi a favor apesar de ser um a favor sob reservas: a favor porque estou convicto que o caminho das energias renováveis faz parte das soluções para um futuro melhor, sob reservas porque um contrato a vinte anos, e faltavam ouvir as explicações de como foi negociado, em que se contempla a previsão de consumos e a inflação, parece-me manifestamente insuficiente, e explico, vivemos na civilização dependente de energia, energia que esmagadoramente depende dos combustíveis fósseis, a disponibilidade deste tipo de combustíveis e o custos disponibilizados são a variável crítica na utilização de outras formas de energia e não vi esta variável contemplada nesta negociação, tendo o barril a cinquenta dólares, quando chegar aos cem não sei se este acordo será melhor ou pior, temo que seja melhor, mas acho que um contrato com esta dimensão devia ter outras variáveis de ajustamento e não ficar só pela previsão de consumo e inflação, é muito pouco.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “Em primeiro lugar quero dar os parabéns ao executivo, pela parte que ouvi e que li, é um negócio, se ele foi feito é porque houve unanimidade das duas partes, vai trazer dinheiro, pois claro, ele é necessário e estou convencido, voltando ao ponto atrás, que vou dar parabéns aos Presidentes de Junta pelo esforço que têm feito este ano, que espero que para o ano de 2016 haja uma parte que vá dirigida a eles.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Dr. Vítor Santos – Correias – Outeiro da Cortiçada** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para solicitar alguns esclarecimentos ao executivo enquanto cidadão e, mediante o que ouviu durante a sessão da Assembleia Municipal, prestar outros enquanto Coordenador de uma das Unidades de Saúde do centro de saúde. -----

----- Iniciou por esclarecer que é oficial a colocação de dois médicos de quadro atribuídos em concurso que já tomaram posse na ARS, já escolheram os lugares e já estão no centro de saúde. Afirmou estar em condições de dizer que a Diretora Executiva tem feito todos os esforços para minimizar a situação e que, inclusive, tem aprovada superiormente verba para negociar com a empresa a vinda de mais um médico que mas que a empresa não tem conseguido arranjar mais profissionais. Como profissional de saúde não pode deixar de comentar o facto de se pagar a médicos estrangeiros o valor de dezassete euros e meio à hora e aos médicos portugueses para fazerem oitentas horas por mês paguem cerca de duzentos euros de acréscimo à pensão, o que leva a que muitos dos seus colegas, alguns que trabalharam no concelho de Rio Maior, estejam no privado a ganhar vinte e cinco euros à hora. Esclareceu também que os centros de saúde não acabaram, há sim um agrupamento de centros de saúde em que estes foram divididos em unidades, sendo que o de Rio Maior tem no mínimo cinco unidades, cada uma delas autónoma, com recursos divididos, à exceção dos auxiliares. Continuou dizendo que o pessoal médico, os enfermeiros e o pessoal administrativo são completamente autónomos e é praticamente impossível poder substituir-se entre eles. Disse que na unidade que coordena há um médico cubano ao abrigo dos acordos e dois médicos concedidos por uma empresa, e que aconteceu o impensável no mês de agosto com a empresa a dar férias aos três em simultâneo ficando o próprio sozinho para um total de cerca de dez mil utentes durante três semanas fazendo uma média de cem consultas por dia. disse que ouviu muitas críticas e pediu a todos os eleitos, que são representantes da população, que ajudassem a passar a mensagem de foram colocados dois médicos que não são de cá, que fazem todos os dias viagens para Santarém, e que é



necessário trata-los bem para que no próximo concurso não desapareçam. Lamentou que se diga que o centro de saúde mandou alguém para Santarém apenas para tirar pontos e disse agradecer que nessas situações o abordassem para que, na qualidade de coordenador, poder esclarecer a situação porque a ter sido mandado alguém nessas condições para santarém para retirar pontos por falta de material não é provável porque qualquer tesoura ou qualquer bisturi serve para tirar pontos, existindo, com certeza, alguma complicação com a ferida ou mesmo com a condição do doente e da forma como chegou ao centro de saúde. Desculpou-se por se estar a alongar mas fez saber que tem inúmeras reclamações para responder que dão tanto trabalho como, por exemplo, uma negligência médica, assim como também a passagem de receitas médicas que, por vezes, quando o vai a fazer se dá conta que nem sequer é comparticipada, outras vezes a receita não corresponde ao doente, outras vezes o doente não vai ao centro de saúde há seis meses ou mais fazendo com que tenha que ser consultado o processo na íntegra, assim como outras situações mais com que todos os dias se depara. Pediu, por isso, que quando haja dúvidas se dirijam ao próprio que estará sempre disponível para os esclarecer. Solicitou ainda à Senhora Presidente informações acerca do ponto de situação do protocolo em negociação com o centro de saúde para as unidades de saúde e arranjos da zona envolvente. -----

----- Como cidadão do concelho e residente numa povoação pequena questionou sobre o que está proposto ou se pensa fazer das antigas instalações escolares que estão praticamente ao abandono. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Agradeceu pelos esclarecimentos prestados e por todo o trabalho que o Dr. Vítor Santos tem feito no centro de saúde que ultrapassam, muitas vezes, as capacidades do ser humano. Acerca do protocolo que integra os dois médicos oficialmente já colocados e que fazem parte do quadro, as unidades móveis e a gestão da zona envolvente das instalações do centro de saúde, informou que a primeira parte está concluída e das outras duas se aguarda a sua conclusão do Ministério. -----

----- Acerca das instalações escolares que ficaram sem atividade letiva, informou que muitos dos equipamentos estão cedidos ao movimento associativo e às juntas de freguesia e os que não estão aguarda-se que haja a manifestação de interesse para a gestão dos mesmos por parte de alguma associação ou junta de freguesia. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----



----- Quando eram dezassete horas e vinte minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- O PRESIDENTE DA MESA: _____

----- A PRIMEIRA SECRETÁRIA: _____

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO: _____